



XII Congresso SPCE

Ciências da Educação: Espaços de investigação,
reflexão e ação interdisciplinar

Vila Real de 11 de setembro a 13 de setembro de 2014

XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação Congresso SPCE Ciências da Educação: Espaços de investigação, reflexão e ação interdisciplinar Vila Real de 11 de setembro a 13 de setembro de 2014



CAISDAVILLA

NOVOBANCO



ORGANIZADORES

INTRODUÇÃO

COMISSÃO ORGANIZADORA

COMISSÃO CIENTÍFICA

COMISSÃO HONRA

ÍNDICE

A construção da oferta educativa na escola pública: análise das lógicas em presença Carlos Alberto Gomes, Manuel António Ferreira Da Silva	1161	Uma caracterização dos jogos com maior potencial para estimular a aprendizagem matemática Helena Rocha	1237
O centro e as periferias educativas. Deambulações sobre o escolar e o não-escolar no arquipélago cultural da cidade José Augusto Palhares	1170	O ensino aprendizagem da Geometria nos anos iniciais da Educação Básica: um estudo no PIBID/UNIMONTES Maria Rachel Alves	1238
5 Currículo e Metodologias de Ensino e Práticas Docentes		A horta escolar como instrumento de interdisciplinaridade na educação Rubens Pessoa de Barros, Cláudio Galdino da Silva	1252
CURRÍCULO E DIDÁTICA: PARA UMA RELAÇÃO DE CONVERGÊNCIA José Augusto Pacheco	1173	Competências empreendedoras no ensino superior: Um novo currículo para novas exigências? Ana Naia	1255
ESTUDOS CURRICULARES: REFLETIR OU AGIR? O impacto dos estudos curriculares na investigação e na construção de uma ação interdisciplinar Jesus Maria Sousa	1184	Repensando o Currículo de Matemática do Ensino Médio Através do Registro das Representações Semióticas Daniella Assemany, Darling Arquieres	1256
A criança e o brincar: entre o mundo pensado e o mundo vivido Roselaine Kuhn, António Cunha	1192	Certificação de manuais escolares: Estudo exploratório do caso português no início do século XXI João Paulo Rodrigues Balula	1266
De Par em Par- multidisciplinar e interinstitucional Ana Mouraz, João Pedro Pego	1199	O pecado original do currículo Jesus Maria Sousa, Carlos Nogueira Fino	1267
As transições curriculares-entre as tendências do trabalho das escolas e as dificuldades experienciadas dos alunos Ana Mouraz, Ana Cristina Torres	1200	Tempo Curricular na Educação de Jovens e Adultos: Espaço de Reflexão e Mudança Maria Cândida Sérgio, José Carlos Morgado	1277
A criatividade matemática na resolução de tarefas de investigação e exploração: uma experiência de ensino no 7.º ano de escolaridade Aldina Rodrigues, Paula Catarino, Ana Paula Aires, Helena Campos	1201	Das políticas educativas às conceções e práticas curriculares dos professores: um trajeto sinuoso Carla Lacerda	1293
Ambiente de sala de aula e relação pedagógica entre professores e estudantes no ensino superior Carlos Barreira, Frederico Monteiro, Graça Bidarra, Piedade Vaz Rebelo	1214	Estrutura curricular e tempos letivos – estudo comparativo Isabel Festas, Ana Seixas, Armanda Matos	1294
Pesquisas de Campo, PBL e Design Thinking: Percepção de dois professores tutores sobre o que revelam as pesquisas realizadas pelos alunos do Curso Ética, Valores e Cidadania – Pólo EACH-USP – São Paulo – Brasil Mario Augusto Costa Valle	1216	Reflexões Sobre a Prática Como Componente Curricular do curso de Licenciatura em educação Física da Universidade Federal do Maranhão Raffaella Araújo, Meirecele Leitinho, Jeanne Medeiros	1295
Quem ensina, não reprova? Reflexões sobre práticas docentes no quotidiano escolar Maria Teresa Esteban	1224	História da arte no ensino fundamental: uma proposta interdisciplinar Maria de Fátima Josgrilber, Emne Mourad Bouffleur, Alessandra Josgrilbert	1306
A Educação Tecnológica Brasileira: Preparando a Mão de Obra Jovem e Adulta para o Mercado de Trabalho Simone Moreno, Mirene Marques	1225	Contextualização curricular no ensino secundário: possibilidades e limites Manuela Esteves	1314
		Novos jogos didáticos para o ensino da matemática em turmas de correção de Fluxo, Idade-Série Elisabete Castro D'Oliveira	1327
		O (e)Portfolio no Desenvolvimento Profissional de Professores: uma experiência no contexto da Didática da Matemática na Educação Pré-Escolar Daniela Gonçalves	1338
		Literacia Científica e Educação para a Ciência em trabalho de projeto interdisciplinar Teresa Guedes	1346

CERTIFICAÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES: ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CASO PORTUGUÊS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

João Paulo Rodrigues Balula

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu

jpbalula@esev.ipv.pt

Resumo

A certificação de manuais escolares, definida pela lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, e regulamentada pelo decreto-lei n.º 5/2014, de 14 de janeiro, que revogou o decreto-lei n.º 261/2007, de 17 de julho, visa garantir a qualidade científica e pedagógica dos recursos didático-pedagógicos mais utilizados pelos alunos e pelos professores do Ensino Básico e do Ensino Secundário em Portugal. O regime de avaliação, certificação e, posteriormente, adoção dos manuais escolares assenta em princípios orientadores centrados na liberdade e autonomia na escolha, na utilização, na produção e no acesso a esses recursos. Essa certificação depende do cumprimento de seis critérios: rigor científico, linguístico e concetual; conformidade com os programas e orientações curriculares; qualidade científica e didático-pedagógica; respeito por alguns valores (não fazer referências a marcas comerciais de serviços e produtos; não fazer ou induzir discriminações; não constituir veículo de propaganda ideológica, política ou religiosa); possibilitar a reutilização e estar adequado ao período de vigência previsto; e apresentar robustez e peso de acordo com parâmetros estabelecidos. Apesar de se ter mantido ao longo de várias legislaturas, o processo de certificação tem sofrido modificações, com frequentes adiamentos e alterações à sua regulamentação.

A partir de um estudo de natureza exploratória, baseado numa análise documental, pretende-se avaliar o impacto do processo de certificação nos manuais escolares, em Portugal, tendo como ponto de partida a atividade desenvolvida por uma entidade acreditada para proceder à avaliação no âmbito da disciplina de Português do Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos). Os resultados preliminares deste estudo exploratório evidenciam a estabilidade do quadro legal e dos critérios de avaliação dos manuais escolares, por oposição à instabilidade das orientações programáticas da disciplina de Português do Ensino Básico. Por outro lado, a implementação do processo de certificação acompanhou uma diminuição do número de manuais escolares disponibilizados para adoção.

Conclui-se, assim, pela pertinência do alargamento deste estudo à totalidade das disciplinas envolvidas no processo de certificação de manuais escolares no início do século XXI, de modo a contribuir para a construção de conhecimento que permita fundamentar a revisão do quadro legal e dos procedimentos relativos à certificação de manuais escolares em Portugal.